



ROADSHOW AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA - LISBOA

Concorrência quer parcerias para fiscalizar contratos públicos

Concorrência Autoridade já está a trabalhar com regulador do sector da construção e quer aprofundar protocolo com o Tribunal de Contas.

Hermínia Saraiva
herminia.saraiva@economico.pt

A Autoridade da Concorrência quer fechar parcerias com o Tribunal de Contas (TdC) e com o Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI) para fiscalizar os contratos públicos realizados em Portugal. O objectivo, diz António Ferreira Gomes, presidente do regulador, é “detectar, e depois, naturalmente, sancionar eventuais violações à lei”.

“Vamos analisar tudo o que é contratação pública em Portugal. Olhar para os dados que já estão em plataforma electrónica e verificar se existem padrões de comportamento que permitam indicar eventuais infracções às regras”, disse ao Diário Económico António Gomes Ferreira à margem da última sessão do ‘roadshow’ que a Autoridade da Concorrência promoveu nos últimos meses. “Se encontrarmos esses indícios não deixaremos de investigar a fundo e depois, se for caso disso, de sancionar”, garante.

Os primeiros contactos já foram estabelecidos com o InCI, o regulador para o sector da construção e imobiliário, que possui uma extensa base de dados de contratos públicos. Segue-se uma aproximação ao Tribunal de Contas, no sentido de aprofundar o protocolo que já existe entre as duas entidades, avança o presidente da AdC.

Mas a acção do regulador vai além das competências sancionatórias. Ainda 2015, António Ferreira Gomes quer ter no terreno acções de promoção das regras da concorrência junto das entidades públicas que contratam bens e serviços. Aqui, o objectivo é fornecer “as ferramen-

tas necessárias para que possam elas próprias fazer uma primeira identificação de eventuais indícios de infracção”, explica.

“Isso passa por um trabalho de promoção das regras da concorrência junto de entidades públicas e de alertar para as matérias a que devem estar particularmente atentas para evitar que existam situações de concertação que as afectam directamente”, diz o presidente da AdC.

Numa conferência que contou com a participação do primeiro-

ministro, Pedro Passos Coelho, e da comissária Europeia da Concorrência, Margrethe Vestager (ver texto ao lado), António Ferreira Gomes considerou que “a concertação entre empresas na contratação pública lesa gravemente o Estado e prejudica seriamente os contribuintes já de si vulneráveis pela crise que o país enfrentou nos últimos anos”.

Concorrência deve envolver liderança das empresas

Não é apenas na contratação pública que a falta de concorrência lesa os consumidores. Na mesma sessão, Anne Riley, vice-presidente da Comissão da Concorrência da Câmara de Comércio Internacional (ICC), lembrou que o cumprimento das leis da concorrência “é bom para os negócios, para a economia e para os consumidores”. A mesma responsável lembrou as quatro regras essenciais para garantir que uma organização está de acordo com a lei, evitando o impacto económico e reputacional que pode resultar da violação das regras: compromisso ao nível da gestão, uma cultura de concorrência, o conhecimento da lei, um controlo apertado do cumprimento das regras e uma monitorização constante: “Estar de acordo com as leis da concorrência é uma questão cultural na forma como se age e isto tem de estar sustentado no conhecimento da lei. Não serve de nada estar de acordo com as regras no papel se depois não se aplica no dia-a-dia”, afirmou, lembrando que é necessário a “adopção de padrões de comportamento, como um código de conduta”, cuja eficiência será tanto mais efectiva quanto mais envolver a liderança das empresas. ■



Margrethe Vestager
Comissária Europeia para a Concorrência

“Como políticos não conseguimos fazer tudo sozinhos, precisamos da cooperação das associações industriais e de negócios.”



Anne Riley
Vice-presidente da Comissão da Concorrência da ICC

“Estar de acordo com as regras da concorrência tem a ver com a forma como se trabalha, é sobre comportamentos e sobre as mensagens que a gestão passa aos trabalhadores.”



PONTOS CHAVE

● O 'roadshow' da Autoridade da Concorrência passou por oito cidades, do Algarve ao Minho, com o objectivo de promover uma cultura da concorrência.

● A promoção de uma cultura de concorrência passa pelas empresas, que devem conhecer as regras da concorrência e fazer uma aplicação rigorosa das mesmas.

● Uma cultura de concorrência entre 'players' do sector traz benefícios não só para as empresas mas também para o consumidor e ainda para o sector público.

Fotos: Bernardo Lobo

Benefícios de tribunal especializado não compensam custos

Nuno Garoupa defende que um regulador não pode ser "independente e prestar contas".

Cátia Simões
catia.simoes@economico.pt

A ideia de criação de um tribunal especializado em concorrência foi ontem duramente criticada por Nuno Garoupa, presidente da Fundação Francisco Manuel dos Santos, na sua intervenção na conferência promovida pela Autoridade da Concorrência (AdC), em parceria com o Diário Económico.

"Não estou convencido que esteja a resolver nenhum problema", frisou. O tribunal "tem de ser visto do ponto de vista dos recursos e dos benefícios e, na discussão pública, só foram vistos os benefícios", acusou, lembrando que não foram referidos quais os custos dessa especialização. "Os benefícios não justificam os custos. A especialização que temos não responde ao problema estrutural e, na melhor das hipóteses, pode vir a criar uma ilha de excelência num oceano de problemas".

Nuno Garoupa, aliás, lembrou a importância da independência do regulador face à necessidade de prestação de contas ao poder legislativo e até à opinião pública. "Aplica-se ao regulador e ao poder judicial, não vale a pena criar uma noção de que a independência e a prestação de contas vão no mesmo sentido. Ou se presta contas ou se é independente."

"Se queremos mais independência dos reguladores temos de estar preparados para que as agências prestem menos contas". Nuno Garoupa deixa a crítica usando o exemplo do caso BES: "Se querem que prestem contas, tendo em conta a agenda mediática recente, onde se defende que as agências devem estar constantemente a prestar contas sobre o que decidiram e não decidiram sobre determinados bancos e outras coisas en-

tão as agências não são independentes".

O economista defendeu, contudo, que se deve perceber a importância de uma autoridade forte e independente, com uma menor prestação de contas, para ter uma verdadeira cultura de concorrência, que é "muito importante desenvolver".

A cultura da concorrência também foi referida pela comissária europeia. Margrethe Vestager elogiou o caminho feito por Portugal. "Não é fácil e não vem sem custos mas Portugal tem liderado nestas reformas estruturais. São passos difíceis mas impressionantes e importantes", destacou, lembrando ainda que, para a cultura da concorrência, é necessária uma ligação às associações industriais e de negócios. "Como políticos não conseguimos fazer tudo sozinhos".

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, também referiu a importância da ligação às empresas. "Temos importantes objectivos para o país e todos queremos uma economia mais dinâmica e próspera, ter empresas mais inovadoras, criadoras de emprego e com capacidade de internacionalização", afirmou, num testemunho gravado. "É a concorrência que cria aptidões para que isso possa acontecer e as empresas cumprem as regras que criam dinamismo para gerar emprego", concluiu. ■



Nuno Garoupa
Presidente da Fundação Francisco Manuel dos Santos

"Se querem que prestem contas tendo em conta a agenda mediática [...] então as agências não são independentes."



1 A abertura da última sessão do 'roadshow' da Autoridade da Concorrência contou com Miguel Gorjão Henriques, presidente da Comissão de Concorrência da ICC Portugal, António Ferreira Gomes, presidente da AdC, e André Magrinho, da Fundação AIP. O primeiro-ministro enviou uma mensagem gravada.

2 Realizada na Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, a última sessão dos encontros promovidos pela AdC contou com cerca de 200 presenças, entre advogados, empresários e juristas.

3 Carlos Martins, secretário geral da AdC, Nuno Rocha de Carvalho, administrador da AdC e Rodrigo Adão da Fonseca, administrador financeiro da Tekever.

4 Gonçalo Anastácio, advogado especialista em concorrência da SRS Advogados, e Paulo Sousa Mendes, director do departamento de práticas restritivas da AdC.

